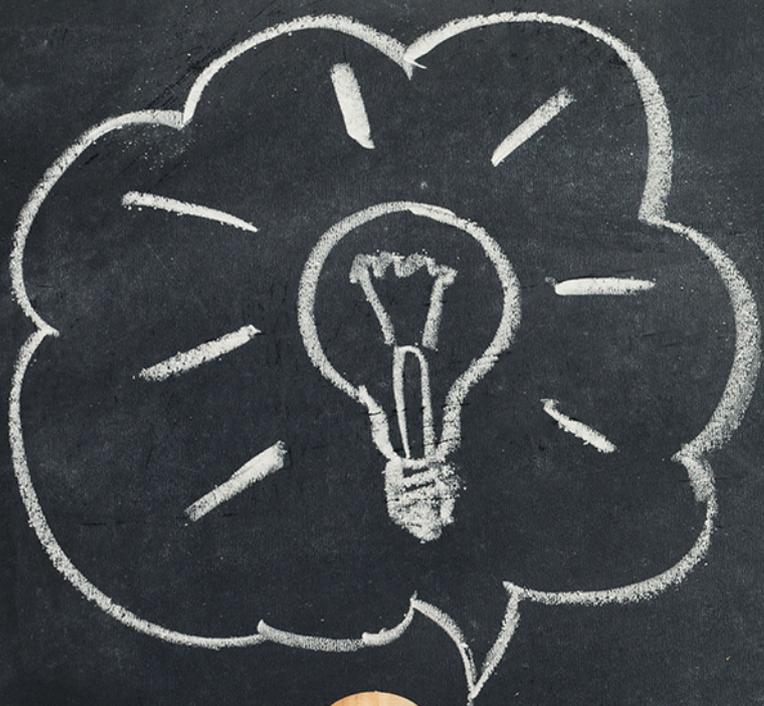


Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas
na Educação
2**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819121	
CAPÍTULO 2	13
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819122	
CAPÍTULO 3	25
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Moraes Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819123	
CAPÍTULO 4	37
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenilto Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819124	
CAPÍTULO 5	49
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819125	
CAPÍTULO 6	63
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlele Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819126	

CAPÍTULO 7	73
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819127	
CAPÍTULO 8	81
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819128	
CAPÍTULO 9	93
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819129	
CAPÍTULO 10	96
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191210	
CAPÍTULO 11	100
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191211	
CAPÍTULO 12	111
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191212	
CAPÍTULO 13	126
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191213	
CAPÍTULO 14	143
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191214	

CAPÍTULO 15	154
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)	
<i>Alboni Marisa Dedeque Pianovski Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191215	
CAPÍTULO 16	161
POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA	
<i>Víviám Carvalho de Araújo</i>	
<i>Núbia Schaper Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191216	
CAPÍTULO 17	173
POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)	
<i>Juliane Kelly de Figueiredo Freitas</i>	
<i>Josanilda Mafra Rocha</i>	
<i>Lenina Lopes Soares Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191217	
CAPÍTULO 18	184
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO	
<i>Tatiana Das Mercês</i>	
<i>Michele Pazolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191218	
CAPÍTULO 19	198
POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS	
<i>Cristina Almeida da Silva</i>	
<i>Márcia Häfele Islabão Franco</i>	
<i>Fábio Yoshimitsu Okuyama</i>	
<i>Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191219	
CAPÍTULO 20	208
PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010	
<i>Eleuzzy Moni do Carmo Jesus</i>	
<i>Rosemara Perpetua Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191220	
CAPÍTULO 21	218
QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?	
<i>Mario Ruela Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191221	
CAPÍTULO 22	234
QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA	
<i>Zenilda Maria de Sousa Paniago</i>	
<i>Maria Cecília Lorea Leite</i>	

DOI 10.22533/at.ed.97018191222

CAPÍTULO 23 243

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

Liane Vizzotto

Berenice Corsetti

DOI 10.22533/at.ed.97018191223

CAPÍTULO 24 251

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

José Ariosvaldo Alixandrino

Luciane Silva de Souza Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.97018191224

SOBRE A ORGANIZADORA 260

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

Liane Vizzotto

Instituto Federal Catarinense (IFC) - *Campus*
Concórdia (Brasil) liane.vizzotto@ifc.edu.br

Berenice Corsetti

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil)
cor7@terra.com.br

RESUMO: Este artigo analisa o papel de órgãos colegiados nas decisões políticas dos gestores públicos quanto à realização de parcerias entre o setor público e o privado no campo da educação. Trata-se de trabalho de pesquisa com foco na construção da relação público-privada em municípios catarinenses, sendo que entrevistas e análise documental se constituem como instrumentos de pesquisa, a partir da perspectiva teórica do materialismo histórico dialético. Os achados evidenciam que cada órgão colegiado desempenha papel específico na construção da relação público-privada. Os Conselhos Municipais de Educação, por possuírem características, que além de normativos, são também de participação social, têm sido subtraídos dos debates decisórios, bem como da sua responsabilidade normativa. Por sua vez, os Colegiados de Secretários de Educação apresentam-se como espaços de debates que propiciam o conhecimento das parcerias e podem ser facilitadores para a implementação de políticas educacionais que

perpassam a relação público-privada. Contudo, por serem órgãos colegiados, logo de natureza democrática, reduzem seu papel à expectadores das decisões de gestores.

PALAVRAS-CHAVE: relação público-privada; órgãos colegiados; política educacional.

ABSTRACT: This article analyzes the role collegial bodies play in policy decisions made by public managers on the partnerships between the public and private sectors in the education field. This research work examined the construction of the public-private relationship in municipalities of Santa Catarina state from the theoretical perspective of dialectical historical materialism, using interviews and documentary analysis as research tools. Its findings show that each collegial body plays a specific role in the construction of the public-private relationship. For having not only normative but also social participation characteristics, Municipal Councils of Education have been excluded from decision-making debates. In turn, Colleges of Education Secretaries are spaces for debate that allow knowing the partnerships and that can facilitate the implementation of educational policies that pervade the public-private relationship. Nonetheless, because they are collegial and thus democratic bodies, their role is reduced to that of spectators of managers' decisions.

KEYWORDS: public-private relationship;

collegial bodies; educational policy.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o campo das políticas educacionais abarca grande quantidade de assuntos que incidem na definição e nos rumos da educação em nosso país. Historicamente, as políticas públicas educacionais foram frágeis à maioria da população, especificamente para os setores que não podiam pagar pelo acesso e permanência.

Em relação à oferta, a corrida pelo espaço no campo da educação não se expressou apenas pela presença dos diferentes setores, seja da escola privada, inicialmente confessional, mas por disputas de poder, tanto sob o ponto de vista ideológico quanto financeiro.

Muito embora, a questão de acesso avançou, ainda está sendo debatida a permanência e o papel do Estado frente à sua responsabilidade com a educação pública. Por exemplo, segundo dados (IBGE, 2015), a taxa de escolarização no ensino fundamental é de 98,6%.

Contudo, é importante salientar que as modificações estruturais no modo de produção capitalista têm provocado mudanças na área social, em especial no campo da educação. Novas formas de construir políticas educacionais valorizam a relação público-privada como pressuposto da materialização da ação estatal. Sendo assim, o Estado, responsável pela oferta da educação pública, realiza parcerias com o setor privado, seja no campo do privado lucrativo ou com o Terceiro Setor -, público não estatal. Do primeiro, observam-se os contratos de prestação de serviços firmados entre a Administração Pública e empresas educacionais fornecedoras de sistemas privados de ensino, e do segundo, sobressaem as parcerias firmadas com associações civis, cuja natureza jurídica, *a priori*, não implica em repasses financeiros.

O quadro exposto acima, caracteriza exemplo de relação público-privada em municípios da mesorregião Oeste, estado de Santa Catarina/Brasil e deriva de pesquisas das autoras, que resultou na Tese de Doutorado, a saber: “A relação público-privada na educação: um estudo em municípios catarinenses” (VIZZOTTO, 2018).

Nesse artigo, pretendemos refletir sobre dois sujeitos da pesquisa, os quais são órgãos presentes nos municípios catarinenses, - o Conselho Municipal de Educação (CME) que possui funções deliberativas e normativas sobre os sistemas de ensino, e o Colegiado de Secretários de Educação (CSE) das Associações de Municípios (AM), o qual é instância coletiva de debate entre os gestores públicos da educação sobre as políticas locais. A reflexão ora proposta, deseja analisar o papel desses órgãos colegiados nas decisões políticas dos gestores públicos quanto às parcerias entre o setor público e o privado, ou seja, entre as secretarias municipais de educação e empresas que vendem sistemas de ensino, as quais, fornecem uma gama de produtos e serviços, que incluem formação continuada aos professores, gestores, famílias e

apostilas para serem utilizadas pelos alunos.

As fontes de pesquisa são documentos e entrevistas, que possibilitaram tecer as análises, considerando como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico dialético. O campo empírico definiu três municípios da região oeste de Santa Catarina, escolhidos a partir de um diagnóstico acerca das parcerias.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e foi aprovada em 20 de outubro de 2016, sob parecer nº 1.783.773. O tema em questão vem sendo apresentado em eventos na área de políticas educacionais, com ênfase nos encontros promovidos pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

Este texto está organizado para inicialmente apresentarmos reflexões sobre os órgãos colegiados, passando em seguida para Conselhos Municipais de Educação, bem como dos Colegiados de Secretários de Educação. Por fim, analisamos como um órgão, quanto o outro, realizam seu papel na relação público-privada, com foco nas decisões que são tomadas quanto a construção das parcerias.

OS ÓRGÃOS COLEGIADOS E A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA

No Brasil, o processo de reordenamento constitucional (1988), inspirado no princípio da gestão democrática da escola pública, encaminhou-se na linha da reformulação dos conceitos relativos à composição dos colegiados, fortalecendo a criação de órgãos dessa natureza (VIZZOTTO; CORSETTI, 2018). A gestão democrática do ensino público possibilitou que órgãos consultivos e/ou deliberativos fossem criados em âmbito municipal, muito embora, órgãos como os Conselhos Municipais de Educação, anterior à LDB de 1996, já existiam por meio de Leis Orgânicas de alguns municípios.

Assim, é possível dizer que depois da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) “novos atores e processos foram incorporados na elaboração, no planejamento e na execução das políticas e dos programas para a educação no âmbito privado (ALVES; FERREIRA, 2016, p. 107).

Os órgãos colegiados, representam um instrumento democrático de participação de diversos segmentos da sociedade, na construção, normatização e materialização das políticas educacionais, nesse caso em especial, dos municípios. Na relação público-privada, o Estado, marcado pela governança, cujos fundamentos pautam-se na Nova Gestão Pública, adquire, por meio da compra, materiais que direcionam e uniformizam as políticas educacionais, o que a nosso ver, acabam entrando em conflito com o papel dos órgãos colegiados ora destacados.

Se, por um lado há instrumentos que consagram a gestão democrática do ensino público, por outro, o Estado, ao assumir uma parceria com o setor privado, pode

secundarizar decisões colegiadas, debatidas e estudadas no coletivo de seus grupos.

Considerando essa contradição, que se mostra necessária apontar esclarecimentos, é que os órgãos colegiados entram no debate sobre a construção da relação público-privada.

OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Em trabalho anterior (VIZZOTTO; CORSETTI, 2018), apontamos que os Conselhos de Educação no Brasil, passaram a se organizar efetivamente a partir da Constituição de 1988, que criou os Sistemas de Ensino, muito embora, desde 1971, havia a possibilidade de criação dos CME com funções delegadas pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996, estimulou-se a criação de órgãos colegiados democráticos com a função normativa/deliberativa nos respectivos sistemas municipais de ensino.

Considerando essa função, foi necessário o estabelecimento de normas complementares para o ensino nos municípios e a fiscalização do seu cumprimento nas instituições educacionais dos sistemas municipais (VIZZOTTO; CORSETTI, 2018).

As funções do CME, geralmente são determinadas por lei municipal, as quais podem ser de natureza técnico-pedagógica e de participação social. Na primeira, são incluídas as atividades relativas à aprovação de estatutos e regimentos e elaboração de normas complementares, credenciamento de cursos, escolas e, de modo geral, as atividades são deliberativas, consultivas e fiscalizadoras. Já as atribuições de natureza relativas à participação social, dizem respeito a função de acompanhamento e controle social na área da gestão e execução do planejamento das políticas públicas para a educação (BRASIL, 2009).

Em Santa Catarina, a criação dos CME ocorreu a partir dos convênios de municipalização assinados pelos municípios, inclusive alguns criaram seus Conselhos antes mesmo da promulgação da LDB (PIEROZAN, 2006).

Nos municípios pesquisados, os regimentos internos nos informam que as funções exercidas pelos Conselhos se diferem entre si, porém, nos três, as de caráter técnico-pedagógicas são em maior proporção, quando comparadas às funções de participação. Essas, por sua vez, se traduzem nas competências dos CME apenas na construção dos Planos Municipais de Educação e/ou acompanhamento de outras políticas. Nas demais atribuições, observamos o caráter deliberativo como função de maior supremacia, a saber: aprovar, autorizar, avaliar e acompanhar. Desse modo, pode-se observar que, no próprio regimento, a participação do CME na elaboração das políticas locais não é uma prioridade (VIZZOTTO, 2018).

Por meio da pesquisa observa-se certa passividade dos CME quanto à regulamentação das parcerias, mesmo aqueles que possuem como atribuição a

manifestação prévia sobre assuntos que envolvem a parceria entre o setor público e o privado. Conforme nossas análises, os presidentes dos CME reconhecem o papel fundamental que os Conselhos possuem no desenvolvimento das políticas educacionais, contudo, a participação, seja para decidir ou regulamentar as políticas locais, permanece no campo da aceitação e/ou validação das ações propostas pelos gestores públicos, visto que em alguns municípios, a presidência do órgão é governamental (VIZZOTTO, 2018).

Observa-se ainda, que em municípios pequenos em que a composição do CME é essencialmente de professores, há certa confusão de papéis. Os professores ao serem chamados para opinarem sobre as parcerias, acabam entendendo que estão sendo convidados também como membros do CME. Destaca-se que a opinião a que nos referimos é relativa à qual material da parceria escolher, visto que a decisão sobre a parceria é de iniciativa dos gestores públicos.

OS COLEGIADOS DE EDUCAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS

Os Colegiados de Secretários de Educação são instâncias coletivas de debate e pertencem às AM. Essas representam uma maneira de associativismo e sua atuação ultrapassa a lógica da representação política e se constitui em uma rede importante de apoio técnico local/municipal. Os Colegiados de Educação são órgãos de auxílio entre os secretários municipais e, as deliberações têm como finalidades, a análise, a orientação, a promoção e o planejamento de ações no âmbito da Educação, como forma de desenvolvimento de políticas educacionais locais (VIZZOTTO; CORSETTI, 2016).

Os Colegiados de Educação, por meio de seus presidentes, entraram como sujeitos da pesquisa, considerando que pertencem a determinadas Associações que demarcam um certo território geográfico. O que se observa em pesquisa diagnóstica desenvolvida para delimitar o campo empírico da pesquisa, é que em algumas Associações, mais que em outras, verificava-se um número significativo de redes municipais de ensino com parcerias. A partir dessa constatação é que as Associações de Municípios, logo de seus Colegiados de Secretários de Educação, interessam à pesquisa, pois se tornou necessário verificar em que medida, as funções que desempenham, contribuem para a construção das parcerias.

Em trabalhos anteriores (VIZZOTTO; CORSETTI, 2016; VIZZOTTO, 2017), apontamos que os Colegiados de Educação são considerados órgãos de ajuda mútua entre os secretários, visto que muitas políticas educacionais são comuns a todas as redes de ensino e, que nesse meio, são socializadas experiências que podem auxiliar os municípios.

Nos Colegiados das Associações pesquisadas, os assuntos mais discutidos

nas reuniões são similares, considerando que muitas políticas públicas, oriundas do Ministério da Educação, possuem processos padrões. Há também problemas que são comuns às redes de ensino, como falta de recursos, calendário escolar e formação docente. Dessa maneira, levantar encaminhamentos torna o Colegiado um lugar para debates e esclarecimentos.

Do mesmo modo, as experiências dos municípios relativas às parcerias com o setor privado, também são compartilhadas. Muito embora as parcerias entre o setor público e o privado não sejam assuntos das pautas nas reuniões, que geralmente ocorrem na sede da AM em períodos bimestrais, elas passam a ser conhecidas entre os gestores públicos. Por vezes, abrem-se espaços nos encontros para que as empresas possam apresentar às redes de ensino seus materiais e produtos.

Dessa maneira, o Colegiado de Secretários de Educação é um meio socializador das experiências educativas e contribui para que as redes de ensino conheçam as políticas educacionais dos municípios vizinhos. Conforme apontado em trabalho anterior, há influência do Colegiado nas decisões municipais no que diz respeito à escolha dos parceiros, especialmente quando o município já tem decidido sobre a adoção da parceria (VIZZOTTO, 2017).

Conforme demonstrado na pesquisa (VIZZOTTO, 2018), quando o Colegiado abre as portas para empresas ou outras organizações apresentarem seus materiais, torna-se mais um meio de disseminação e troca de ideias, favorecendo o depoimento entre seus integrantes. Mesmo não sendo o *locus* deliberativo, o Colegiado não é o único responsável por decisões de tamanha implicação financeira, política e pedagógica, visto que as deliberações geralmente permanecem no âmbito dos municípios, seja por vontade de prefeitos ou das equipes gestoras das secretarias de educação. Porém, o Colegiado acaba se tornando uma instância influente e importante no quadro da gestão pública, visto que, segundo Matsumoto, Franchini e Mauad (2012), representa um exemplo de governança.

Ademais, o alastramento de políticas privadas entre os sistemas públicos de ensino são manifestações daquilo que Barroso (2003) caracteriza de efeito contaminação. Ao estudar a evolução dos modos de regulação estatal a partir da reestruturação do Estado, o autor chama a atenção para três novas formas – o efeito contaminação, o efeito hibridismo e o efeito mosaico.

No efeito contaminação, há a tendência em adotar soluções transportáveis, em uso num determinado país, para serem aplicadas em outro, o que acaba acontecendo no caso das AM, mesmo representando outra situação territorial/espacial, ou seja, os municípios.

Para Barroso (2003, p. 25), “olhar para os sistemas educativos de outros países e observar aquilo que funciona exerce uma atração evidente nos decisores políticos em busca de soluções rápidas [...]”.

Embora este trabalho não trata de países, a pesquisa também evidenciou que os municípios que aderiram aos sistemas privados se espelharam em redes que possuíam a

parceria há algum tempo.

Por fim, entendemos que nos processos decisórios, os Colegiados de Educação das Associações de Municípios influenciam as redes públicas de ensino na construção das parcerias, especialmente quando estes estão dispostos a fazê-la. Assim, um município observando o que o outro faz e como procede é encorajado a tomar uma decisão até então tida como dúvida. Por outro lado, reafirmamos que os colegiados se constituem em importantes órgãos de ajuda mútua entre secretarias e municípios.

CONCLUSÕES

O papel dos órgãos colegiados nas decisões políticas dos gestores públicos quanto às parcerias entre o público e o privado depende da função que exerce no quadro da definição das políticas educacionais dos municípios. Por um lado, o Conselho Municipal de Educação tem sua participação limitada tanto no que diz respeito às suas funções normativas, quanto às participativas. Os Colegiados de Secretários de Educação, muito embora não tenham funções deliberativas, apresentam-se como espaços que promovem o conhecimento das parcerias e podem ser facilitadores para a implementação de políticas educacionais que perpassam a relação público-privada. De modo geral, podemos dizer que os órgãos ora analisados, não impedem as parcerias, pois o CME é ignorado, tanto na sua função deliberativa quanto participativa, e os Colegiados, são usados como caminho para a expansão da relação público-privada.

Outro aspecto decorrente das análises deve ser apresentado, a saber, o princípio da gestão democrática ou melhor, da democracia, o qual é ressignificado (ou até ignorado) como fundamento pedagógico e político nos órgãos colegiados. O princípio democrático representa mera descrição nos documentos sendo que sua materialização é tida como sinônimo de participação e, por vezes, até anulada. O que se observa é que a participação é daqueles que são parceiros do Estado, dos que compõem o novo governo, a governança. Dessa forma, os conceitos de participação e democracia se ajustam às necessidades atuais da relação público-privada.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. F.; FERREIRA, S. A Atuação dos Conselhos Municipais de Educação em Goiás. In: FERREIRA, S. **Políticas e Gestão da educação nos municípios goianos**: planejamento, financiamento e carreira docente. Goiânia: UFG, 2016, p. 107-132.

BARROSO, J. **A escola pública**: regulação, desregulação, privatização. Porto: ASA, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **O contexto de atuação, natureza e organização dos Conselhos Municipais de Educação**. Módulo 2, caderno 1. Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação. Brasília: MEC; UFSC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9859-proconselho-modulo-2-cad-1&category_slug=janeiro-2012_pdf&Itemid=30192> Acesso em 04 jan. 2018.

IBGE. Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, por sexo- Brasil – 2007/2015. Disponível em: < <https://brasilensintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-escolarizacao-das-pessoas-de-6-a-14-anos.html>> Acesso em 18 jul. 2018.

MATSUMOTO, C. E. H.; FRANCHINI, M.; MAUAD, A. C. E. **Município: palco da vida. A história do municipalismo brasileiro.** Vol. 1. Brasília: Confederação Nacional dos Municípios, 2012.

PIEROZAN, S. S. H. **Um estudo dos conselhos municipais de educação, seus limites e possibilidades.** 228f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, 2006.

VIZZOTTO, L. Os colegiados de educação das associações de municípios em Santa Catarina e as políticas de natureza privada na educação pública. In: **Anais do XIII Simpósio de política e administração da Educação. Biblioteca da ANPAE**, v. 45, João Pessoa (PB), p. 593-597, 2017.

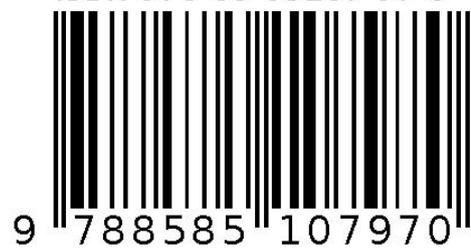
VIZZOTTO, L.; CORSETTI, B. As associações de municípios e as políticas de natureza privada na educação pública: análises preliminares. In: **Anais do V Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Biblioteca da ANPAE**, v. 4. Goiânia (GO), 2016.

VIZZOTTO, L.; CORSETTI, B. O papel dos órgãos colegiados na definição das parcerias entre a Administração Pública e o setor privado em municípios do oeste de Santa Catarina (Brasil). In: **Série Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação ANPAE.** Organização: João Ferreira de Oliveira [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, p. 209-212, 2018.

VIZZOTTO, Liane. **A construção da relação público-privada na educação: um estudo em municípios catarinenses.** 347 f., 2018. Tese (Doutorado), UNISINOS. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7016/Liane%20Vizzotto_.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 jul. 2018.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9 788585 107970